

Isabel Cipriano, diretora da APOTEC, considera

O contabilista certificado não tem problemas de empregabilidade

Ao contrário do que se tem feito crer, a contabilidade não é uma profissão com dificuldades em termos de mercado de trabalho. A empregabilidade, de uma maneira geral, está assegurada à partida. Entretanto, é importante para a profissão que seja implementada uma parceria com a informática, cada vez mais um fator determinante para o bom desempenho da atividade, defende Isabel Cipriano, diretora da Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade (APOTEC), em entrevista à “Contabilidade & Empresas”. Quanto à Autoridade Tributária, lamenta a dirigente que o contabilista seja cada vez mais um fiscalista e menos um responsável pela contabilidade e a gestão das empresas.

Contabilidade & Empresas - Qual a atual situação que se vive no mercado dos contabilistas certificados?

Isabel Cipriano - Os contabilistas têm vivências diversas, por via do chamado tecido empresarial nacional, tanto os que exercem a profissão em regime de dependência, como para os profissionais



O contabilista deveria ser apelidado de fiscalista, de forma a recolher o merito de tal designação por parte do Estado, na perspectiva de Isabel Cipriano.

liberais. São detentores de um conhecimento técnico e específico e há muito tempo que os contabilistas em Portugal vivem menos para a gestão das empresas e mais para a fiscalidade. Não é uma profissão com dificuldades ao nível de empregabilidade. Na APOTEC, somos frequentemente procurados por empresas com necessidades de contratação e, se olharmos para a expectativa dos alunos ao ingressarem nas universidades e

nos institutos superiores, vimos que há bastante interesse pelas áreas da contabilidade, fiscalidade e gestão. Isso faz com que o número de candidatos aos exames da ordem também seja elevado e, por conseguinte, tenhamos um número também grande de contabilistas certificados, o que poderá comprometer a (des)proporção de contabilistas certificados e o número de empresas em Portugal sujeitas a contabilidade organizada.

Número de candidatos aos exames da Ordem começa a ser excessivo

C&E – Na sua opinião, quais os principais problemas que se colocam à atividade destes profissionais?

IC - Para aqueles que são trabalhadores dependentes, os problemas são maioritariamente os que decorrem da atividade as empresas onde estão inseridos, que podem passar pelas dificuldades de tesouraria, pela (má) gestão, conflitos laborais e pela própria dinâmica do setor de atividade onde a empresa se insere. Para os profissionais liberais e para os gabinetes de contabilidade, há para além do “risco” do negócio, tudo o que envolve o desgaste do relacionamento com os clientes, quando estes não valorizam o trabalho dos profissionais. E aqui começa parte do problema. A já falada proporcionalidade de contabilistas, face ao número de empresas, faz questionar as opções quando se vem para o mercado de trabalho. Temos registo de desabafos de colegas sobre a concorrência desleal; sobre o problema de endividamento das empresas, algumas delas ao próprio contabilista/gabinete de contabilidade. É necessário recuperar o sentido coletivo de ética e deontologia profissionais.

C&E – A fiscalidade também continua a levantar problemas...

IC – De facto, segue-se a fiscalidade. Quando, em 2015, foram adequados os estatutos das ordens profissionais em Portugal, a APOTEC apresentou diversas sugestões de enquadramento face à lei base, mas começou-se por alertar o le-

gisador de que estava em presença de uma profissão que necessitava de um novo nome – fiscalista – ao invés de contabilista, pois 80% do tempo dos profissionais é passado a cuidar da fiscalidade, sem daqui recolher os méritos do Estado por este trabalho, que beneficia tanto as empresas como os contribuintes. Veja este exemplo. A Administração Fiscal lançou a bandeira da simplificação do IRS, da declaração automática, que os contribuintes já têm (quase) tudo no sistema. Pois, de facto, assim é, mas graças a quem? Quem é que mensalmente envia as declarações de retenção na fonte, as DMR, as comunicações das rendas, o SAFT, entre tantos outros documentos?

C&E – E qual o cenário que se coloca no que toca às empresas?

IC - Ao nível das empresas o cenário não é diferente. A Administração Fiscal transformou o contabilista num provedor de informação, tendo deixado para as empresas o ónus desse serviço. Se a isto juntarmos o exigente calendário fiscal que temos, aliado à não atempada disponibilização por parte da AT dos formulários digitais no Portal das Finanças, coloca-se em causa não só qualidade de vida dos contabilistas como se agrava o desgaste (contínuo) na mediação que estes profissionais fazem entre o fisco e as empresas suas clientes. Agora juntamos a isto mais uma condicionante, a informática ou a informatização dos procedimentos declarativos.

Na APOTEC, defendemos que a relação do contabilista com a informática tem de ser de parceria, entendimento e satisfação mútua, simplificando-se procedimentos, mas nem o contabilista dispensa o informático nem a informática dispensa o contabilista. E esta profissão está em mudança, mais ainda desde a introdução, em 2013, da obrigatoriedade de envio das faturas por via eletrónica e dos documentos de transporte para a AT, que passou a ser assegurada pelos contabilistas. Isto foi o primeiro passo para um futuro que está já ao virar da esquina e que vai provocar grandes alterações na profissão.

Rentabilização do trabalho do contabilista

C&E – Com que mudanças devem contar os contabilistas certificados no futuro próximo?

IC - Uma delas decorre dessa informatização e da forma como a Administração Fiscal rentabiliza o trabalho do contabilista, valorizando cada vez mais a Informática em detrimento da Contabilidade. O melhor exemplo é o que irá acontecer com o SAFT da contabilidade. O despacho, no início deste ano, do secretário de Estados dos Assuntos Fiscais veio esclarecer que, afinal, as novas regras de simplificação no preenchimento da Informação Empresarial Simplificada (IES) serão implementadas de forma faseada e só a partir do segundo semestre deste ano. O mesmo adiantou que a AT deverá “desenvolver as alterações necessárias à implementação, no segundo semestre de 2018, das medidas de simplificação” para que estas possam ser aplicadas aos contribuintes que entreguem a partir daí. Já esta-

mos no segundo semestre. Vamos acompanhando esta questão que tem levantado alguma controvérsia entre os contabilistas, mas curiosamente, não vemos as associações empresariais preocupadas com o tema, apesar de se tratar do acesso da AT às informações que são das empresas – e não estamos a falar de somente da faturação – mas antes das contas de caixa, depósitos, clientes, tudo elencado nas designadas taxonomias. Ao nível da União Europeia, e sobre as tendências na contabilidade, passa pelo contabilista deixar de ser a pessoa dos números para ser aquele que aconselha a gestão nas decisões estratégicas. Muito do trabalho do contabilista pode ser feito pelos sistemas informáticos, havendo por isso a necessidade de transição para uma função de maior valor acrescentado. Mas, em Portugal, a maioria das empresas são micro ou pequenas e médias empresas. Os custos de contexto das empresas vão baixar ou vão manter-se por causa da fiscalidade?

C&E – Pegando no tema, como está a decorrer o processo de adoção das NIC? A Comissão de Normalização Contabilística tem feito um bom trabalho?

IC - O falecimento da professora doutora Ana Maria Rodrigues, em janeiro do corrente ano, determinou a vacatura do cargo de presidente da CNC, com as inerentes consequências no funcionamento da instituição, designadamente na capacidade de atuação do titular do cargo de vice-presidente. Impõe-se, assim, a nomeação, tão rápido quanto possível, do novo titular do cargo, tendo em vista não só a gestão corrente, mas sobretudo a gestão estratégia da CNC – o

A relação do contabilista com a informática tem de ser de parceria

último Plano de Atividades aprovado reporta-se ao ano de 2017 e o Relatório de Atividades ao ano de 2016. Há já alguns anos que a Secretaria Geral do Ministério das Finanças vem prestando apoio nos domínios orçamental, financeiro e logístico, não só aos Gabinetes do Ministério, mas também a vários organismos. Neste contexto, importaria aquilatar se os recursos financeiros atribuídos à CNC são compatíveis com as missões que lhe estão cometidas, nomeadamente com a sua representação externa, e se os recursos logísticos são adequados – gabinete para o presidente, salas de trabalhos, utilização de auditórios geridos pela SG. A APOTEC questionou, no passado mês de junho, o Ministério das Finanças sobre estas questões, estamos aguardar que neste segundo semestre estejam tomadas as necessárias decisões, dada a importância deste órgão de normalização contabilística.

Só 20% votaram nas eleições da OCC

C&E - Quais os vossos comentários à nova direção da Ordem dos Contabilistas Certificados?

IC - As eleições foram no início do ano e, passados três meses, houve uma demissão em bloco do presidente e de dois vogais do Conselho Jurisdicional. Entretanto, tomaram posse dois suplentes, ficando irregular a composição deste órgão. Não será um bom

augúrio para este mandato, sobretudo pelas atribuições e responsabilidades que o Conselho Jurisdicional tem, face ao novo estatuto. Por outro lado, e já que falámos do grande número de membros inscritos, importa referir que somente 20% votaram nestas eleições, que tiveram primeira e segunda voltas, tendo a nova direção ganho com 52%, o que é uma margem muito pequena. A APOTEC esteve presente na tomada de posse e transmitiu à nova bastonária aquilo que sempre foi uma defesa da nossa associação, que a Ordem dê o exemplo, através do cumprimento da lei e que zele pela continuidade da profissão e que contribua para um maior e tão necessário sentido de classe. Quase tudo em matéria do novo estatuto falta fazer: regulamento de inscrição face às novas regras; regulamento de estágio profissional – que é obrigatório; regulamento do controlo de qualidade entre outros aspetos.

C&E – Como deve atuar a Ordem no que toca ao mercado de trabalho?

IC - É necessário tomar várias decisões, entre elas a referida proporção de contabilistas certificados e o número de empresas em Portugal que estão sujeitas a contabilidade organizada; o reajuste da dimensão da Ordem, assim como é necessário uma reflexão com as universidades e institutos superiores sobre a revisão dos programas dos cursos para acesso ao exercício da profissão, tendo em conta

A Autoridade Tributária transformou o contabilista num provedor de informação fiscal, lamenta a diretora da APOTEC

o novo perfil de competências dos profissionais. E não menos importante, é vital negociar com a Administração Fiscal, sobre a transição (mais ou menos pacífica) para este futuro breve e a inerente desestabilização profissional que vai, inevitavelmente, atingir os Contabilistas Certificados.

Esperança de bom senso

C&E - O que esperam ainda do atual Governo quanto à contabilidade e à fiscalidade?

IC - Eu atrevia-me a dizer como a Jane Austen, sensibilidade e bom senso na implementação das condições necessárias para pôr o novo sistema para o pré-preenchimento da Informação Empresarial Simplificada no terreno em 2019, relativamente aos exercícios de 2018 e seguintes, tendo em conta que o Governo se propõe permitir aos contribuintes beneficiarem “da supressão e pré-preenchimento de um vasto número de campos daquela declaração, através da submissão do ficheiro SAF-T da contabilidade”, acautelando, para obediência e respeito à contabilidade, a intervenção e validação pelo contabilista certificado. Por outro lado, que os desejos de simplificação dos custos de contexto não sejam sinónimo de exterminação da Contabilidade em Portugal. Para isso, urge o Governo dar resposta às questões que a APOTEC colocou no Parlamento, nomeadamente em termos de normalização contabilística nacional e sobre o Sistema de Normalização Contabilística para as Ad-

ministrações Fiscais (SNC-AP), no sentido da atualização da informação, relativamente à fase de execução das tarefas inerentes à implementação do mesmo.

C&E - Qual a atual situação da APOTEC? Qual estratégia para os próximos tempos?

IC - Este ano celebram-se 41 anos de uma causa associativa profissional. Essa causa tem muitos nomes e responsabilidades no passado, que têm vindo a permitir a existência da APOTEC e a sua ação em defesa e acompanhamento dos associados. Com a compra das instalações para a sede da APOTEC que ocorreu no ano passado e com o desenvolvimento de novas funcionalidades de resposta aos associados, foi apresentado pela direção da associação, na última Assembleia Geral, a proposta de orçamento para o presente ano, com resultado positivo, quando até então as propostas orçamentais eram de base zero. Isto permite-nos avançar com uma maior capacidade de resposta às inúmeras solicitações dos associados, quer ao nível do acompanhamento e esclarecimento técnicos, como ao nível da formação. A APOTEC é uma entidade certificada pela DGERT, cumpre com todos os requisitos legais para que formação ministrada seja válida em termos de Código do Trabalho e, em termos de qualquer requisito em matéria de formação feita pela Ordem dos Contabilistas Certificados, sendo unicamente necessário o envio do

certificado da formação feita na APOTEC pelo contabilista.

C&E - A vertente cultural continuará a ser uma preocupação?

IC - Sem dúvida. A missão do livre associativismo passa por cuidar da convivência saudável e equilíbrio em sociedade. A APOTEC, como instituição de utilidade pública, também tem mantido e desenvolvido esta vertente social, científica e cultural. Temos os Prémios de Contabilidade e de História da Contabilidade. Somos a única associação privada do setor que atribui prémios de investigação destes temas, sendo o Prémio de Contabilidade o de mais antiguidade na Península Ibérica. Para o futuro, pretende-se não descuidar das responsabilidades até aqui assumidas e tornar ainda mais alargada a ação de defesa e valorização da contabilidade, aliada à fiscalidade e dos seus profissionais.

C&E - Há margem para a APOTEC crescer mais?

IC - Há sempre. Na APOTEC, costumamos dizer que esta existirá enquanto os associados assim quiserem. Não é uma entidade criada por lei, mas sim criada pela necessidade sentida pelos profissionais. Neste momento, a nossa responsabilidade é para com cerca de quatro mil associados singulares e cerca de duzentas empresas associadas. A renovação tem sido feita, temos uma variação gradual nas faixas etárias e, curiosamente, ainda se registam 116 associados ativos do ano da fundação. Há entradas constantes dos estudantes. É nosso propósito que APOTEC continue a ser uma grande associação de livre inscrição, uma associação ao serviço dos associados.